

JSD PROPÕE ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DO ESTADO



| JSD.PT



JSD PROPÕE ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DO ESTADO

A JSD apresentou 3 alterações ao Orçamento do Estado para 2020:

1. ALARGAMENTO DA ISENÇÃO PARCIAL DE IRS AOS TRABALHADORES INDEPENDENTES

É positivo o alívio fiscal para jovens em início de vida. Milhares de jovens em Portugal têm dificuldade em emancipar-se e em autonomizarem o seu projeto de vida. Esta é uma realidade que também obstaculiza a que a natalidade desejada possa ser uma opção para jovens casais, em resultado de problemas estruturais no mercado de habitação e no mercado de trabalho, com baixos rendimentos.

O que já não se compreende é que seja criado um benefício fiscal para jovens, mas apenas aqueles que têm rendimentos de trabalho dependente. Com efeito, a medida deverá destinar-se aos jovens em início de carreira, incluindo os trabalhadores independentes, que muitas das vezes estão em situação de maior vulnerabilidade financeira e contratual.

A JSD propõe aquilo que lhe parece ser da mais elementar justiça: alargar este benefício fiscal também aos jovens trabalhadores independentes.

2. AUMENTO DO LIMIAR DE ELEGIBILIDADE

O número de bolseiros de ação social é manifestamente baixo em Portugal, estando atualmente perto dos 20% do total de estudantes. O maior aumento de bolseiros da última década deu-se após a alteração do regulamento de bolsas em 2015. Foi também em 2015 o ano de maior investimento em ação social desde 2010. É crucial para uma sociedade mais equilibrada continuar a investir num sistema de ação social mais competente e eficaz.

A JSD propõe como alteração ao Orçamento do Estado o aumento do limiar de elegibilidade para 18 vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

Esta proposta pretende alargar o potencial número de estudantes bolseiros, corrigindo injustiças flagrantes. O limiar de elegibilidade foi no ano de 2019 8.040 euros. Este valor exclui, por exemplo, um aluno que se tenha autonomizado do seu agregado familiar e esteja a trabalhar e a ganhar o Salário Mínimo Nacional. Neste caso, não pode aceder a uma bolsa de estudo. O que, considerando o preço dos quartos e casas, torna impossível a frequência do ensino superior.

A JSD propõe que o limiar de elegibilidade até ao qual os jovens se podem candidatar a uma bolsa de estudo suba para 8.890 a partir de 2020.

3. AUMENTO DO COMPLEMENTO DE ALOJAMENTO

O complemento de alojamento para estudantes com direito a bolsa de estudo, mas que não conseguem lugar nas residências dos serviços de ação social é, no máximo, de 30% do IAS. Um valor manifestamente insuficiente para o arrendamento de um quarto em grande parte do território português, e em particular nas áreas metropolitanas, o que põe em causa a frequência académica de muitos estudantes. Ninguém consegue com pouco mais de 130 euros arrendar casa ou quarto para estudar no Ensino Superior.

Ainda que não seja o desejável, a JSD propõe um aumento considerável do complemento de alojamento, de forma a mitigar as dificuldades enfrentadas pelos alunos que pretendem arrendar casa ou quarto para frequentar o Ensino Superior.

A JSD propõe o aumento do complemento de alojamento para 50% o IAS, ou seja, 219 euros, no ano de 2020.

